

Aconteceu

Constituinte:

Projeto Cabral não contempla direitos indígenas



Padre sofre atentado a tiros em Goiás

(Ver pág. 15)

Aconteceu

Aconteceu nº 423/424
Agosto-setembro/1987

**CEDI Centro Ecumênico de
Documentação e Informação**

Rua Cosme Velho, 98, fundos
Telefone: 206-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone 825-5544
01238 - São Paulo - SP

Conselho de Publicações
Anivaldo Padilha
Ary da Costa Pinto
Carlos Alberta Correia da Lu-
nha
Carlos Alberto Ricardo
Heloisa de Souza Martins
Henrique Pereira Junior
Jethier Pereira Ramalho (coor-
denador)
Jorge Luiz Carrera Jardineiro
Marcus Vinícius Gróli Borges
Neida Esterci
Sérgio Alli
Vera Maria Masagão Ribeiro

Editor
Jorge Luiz C. Jardineiro

Diagramação e Arte
ARTE GRAPHICA
Praça Floriano, 55/602
Rio de Janeiro-RJ

Preço do exemplar avulso:
Cz\$ 2,00

Aconteceu Semanal

É uma publicação dedicada ao acompanhamento das lutas levadas por diversos setores populares.

As notícias da semana estão agrupadas em *trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais, índios, movimentos populares, igrejas, política nacional, notícias internacionais* e outras. Contém também uma seção de *Cartas do Leitor*, onde são divulgadas manifestações, denúncias, atos públicos, etc. Nesta seção os leitores têm um espaço aberto para a divulgação das notícias que não saem na imprensa e outras fontes de informação.

O ACONTECEU semanal tem como assinantes lideranças indígenas, sindicatos e demais órgãos de classe, comissões pastorais, comunidades de base, missionários, operários, camponeses e outros. Ideal para quem não tem acesso a jornais diários ou quer conhecer as diversas situações de contato, lutas e reivindicações sociais em todo Brasil.

Assinatura Anual: Cz\$ 100,00 (Brasil);

US\$ 60,00 (América Latina);

US\$ 85 (América do Norte);

US\$ 100,00 (Europa, Ásia e África).

Envie junto com seu pedido um cheque nominal ou vale postal para CEDI-RJ

Assine a Revista

tempo e presença

Publicação mensal do CEDI, com temas de atualidade analisados na perspectiva do ecumenismo comprometido com os movimentos populares.

Assinatura anual:
Cz\$ 200,00

América Latina US\$ 30 América do Norte US\$ 40 Europa, África e Ásia US\$ 45

Fazendo sua assinatura de apoio
você recebe de brinde
um exemplar das Colunas do CEDI.

Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____
Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI -
Centro Ecumênico de Documentação e Informação - Av.
Higienópolis, 983 - 01238 - São Paulo - SP.

Assine o Boletim

Aconteceu

Publicação semanal com um resumo das principais notícias selecionadas pelos órgãos de imprensa do país.

Assinatura anual Cz\$ 100,00

América Latina US\$ 30 América do Norte US\$ 40 Europa, África e Ásia US\$ 45

Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____
Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça a sua assinatura através de cheque nominal para o
CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Cosme Velho, 98 - fundos - CEP 22241
Rio de Janeiro - RJ.

Constituinte

ÍNDIO PINTA ROSTO DE PRETO EM PROTESTO CONTRA SUBSTITUTIVO

Ailton Krenack, presidente da União Nacional dos Índios, prendeu o cabelo e, chorando, pintou lentamente o rosto de graxa preta de genipapo, para demonstrar toda sua tristeza. Ele não estava na aldeia em que nascera, nem à sua volta se reuniam outros índios; estava na tribuna da Constituinte, perante perplexos parlamentares que tinham acabado de ouvi-lo defender uma emenda popular sobre populações indígenas, assinada por 40 mil eleitores. Entre indignado e pesaroso, ele criticara o tratamento dado ao índio no anteprojeto do relator Bernardo Cabral. "Quero fazer uma alerta à Constituinte, ao governo e à nação", dissera Ailton, "avisar que, como no início dos trabalhos, continuamos sendo os únicos interlocutores dos senhores. Havia então esperança porque, pela primeira vez na História do Brasil, os índios participavam da elaboração de uma Constituição. Vimos nascer, de um trabalho cotidiano de muitos dos senhores, a melhor formulação sobre os direitos indígenas que este país já produziu. No entanto, o que temos hoje no projeto não reflete o conjunto de idéias aqui discutidas." Depois de contar que sua tribo - a dos krenack, como seu sobrenome - se reduz atualmente a 120 pessoas que têm vida nômade na fronteira de Minas Gerais com o Espírito Santo, porque desde 1922 estão sendo gradativamente expulsas de seu território, no Vale do Rio Doce, Ailton encerrou o discurso: "Não queremos mais ser tratados como imbecis, como débeis mentais, nem ficarmos sob a tutela do Estado. Queremos retirar o paternalismo da Constituição e garantir meios de manter nossa terra e nossa sobrevivência." (JB - 5/9/87)

SUBSTITUTIVO É UM "EPITÁFIO" PARA OS ÍNDIOS, AFIRMA CIMI

O advogado do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Júlio Gaiger, disse ontem, em Brasília, que o substitutivo da nova Constituição encaminhado pelo relator da Comissão de Sistematização do Congresso constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), "se for aprovado como está, significará o epitáfio das 170 nações indígenas brasileiras ainda existentes". Para ele, o texto "trata os índios como uma espécie em extinção, consagrando e abrigando o etnocídio, apesar de aparentar um certo paternalismo, como a postura de um carrasco que chora ao enforcar o condenado". O substitutivo trata dos índios no título "Da ordem social", nos artigos 302 a 305. Para o advogado do Cimi, o texto de Bernardo Cabral "tira dos índios o direito ao usufruto das riquezas do subsolo de suas terras, abrindo os territórios indígenas às empresas de mineração brasileiras e estrangeiras", além de "ser marcado pela ambigüidade". Gaiger disse que o substitutivo "consagra o processo de etnocídio dos índios e representa uma involução jurídica, ao adotar a tese da incapacidade absoluta dos indígenas, algo que nem Código Civil de 1916 adotou, pois fala de incapacidade relativa". Ele criticou, também, a exigência constante no texto de Bernardo Cabral, de "localização permanente" para que as posses de terras indígenas sejam reconhecidas. "Com isto, ficam ao desabrigo os índios despojados coercitivamente de suas terras e que, portanto, não vivem permanentemente nelas", disse o advogado. (FSP - 28/8/87)

**NA DEFESA DE SUA EMENDA,
CNBB CRITICA O SUBSTITUTIVO**

O coordenador da Comissão de Assuntos Constitucionais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e bispo de Bauru (SP), d. Cândido Padim, afirmou ontem pela manhã, na Comissão de Sistematização do Congresso constituinte, que nem todos os capítulos do substitutivo apresentado pelo relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) estão de acordo com o preâmbulo proposto para a nova Constituição, e citou, como exemplo para sua crítica, a falta de uma "conceituação do ideal da atividade educacional". D. Padim falou à comissão em defesa da emenda popular sobre educação apresentada pela CNBB ao Congresso constituinte. Segundo o bispo, esta conceituação, inexistente no capítulo destinado à educação, deveria definir a qualidade do ensino a ser exigida de todas as escolas e instituições educacionais, quer as mantidas pelo governo ou pela iniciativa da sociedade. Ele observou que o projeto preserva uma visão do Estado ao dizer que o sistema de educação é dever e direito do governo, atribuindo-lhe a obrigação de organizar o setor. Segundo d. Padim, a "situação lamentável" em que se encontra a educação no país "decorre da excessiva intervenção do Estado". Para superar esta "falha" d. Padim defendeu a inclusão na nova Carta do artigo primeiro da proposta da CNBB. Segundo o artigo, a educação nacional deve ter por finalidade "o pleno e permanente desenvolvimento individual e social da pessoa humana, para o exercício consciente e livre da cidadania mediante uma reflexão crítica da realidade, para a capacitação ao trabalho e para a ação responsável a serviço da sociedade, apta a criar uma convivência solidária comprometida com a realização da justiça e da paz". (FSP - 3/9/87)

**EMENDA PREVÊ IMPLANTAÇÃO
DO PARLAMENTARISMO EM 3 ANOS**

Os constituintes favoráveis à implantação gradual do parlamentarismo no país,

através de uma negociação com o presidente José Sarney, apresentaram ontem à tarde, em Brasília, uma emenda ao substitutivo do relator da Comissão de Sistematização do Congresso constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), que prevê seis anos de mandato para Sarney e a implantação do parlamentarismo num prazo de três anos. A emenda é assinada pelo deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG). Ainda ontem à tarde, o senador José Richa (PMDB-PR), de centro, discutiu a proposta com o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, durante encontro na casa do ministro, situada no Lago Sul. O encontro entre o ex-governador do Paraná e o chefe do Gabinete Civil durou quase três horas e, segundo Costa Couto, as negociações deverão posteriormente resultar num encontro entre o presidente José Sarney e os três parlamentares que compõem a comissão de negociação do grupo. Esta comissão é integrada por José Richa, o senador Afonso Arinos (PFL-RJ) e o deputado Cid Carvalho (PMDB-MA). A proposta de uma transição gradual ao parlamentarismo, segundo Richa, não significa que os parlamentares tenham feito qualquer concessão ao Planalto. O argumento de Richa concentra-se no fato de que não se trata de "medir forças" com o Planalto, já que isso, no máximo, poderia consagrar uma maioria precária que, por ser precária, poderia ser facilmente contestada "no dia seguinte". O objetivo, sobretudo, diz Richa, é atingir um consenso, condição fundamental, segundo ele, para que se realize uma mudança do sistema de governo. (FSP - 6/9/87)

**SARNEY INTENSIFICA PRESSOES
POR EMENDA PRESIDENCIALISTA**

O presidente José Sarney, conversou com pelo menos cem parlamentares desde a última quinta-feira, intensificando a ofensiva para assegurar a aprovação da emenda presidencialista ao substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) ela

borada no Palácio do Planalto e assinada pelo deputado Theodoro Mendes (PMDB-SP). A emenda reserva ao presidente da República as chefias do Estado e do governo, o comando supremo das Forças Armadas e prevê o voto de censura a ministros, com exceção dos ministros militares e do chefe do Gabinete Civil. Aos parlamentares com quem falou - pessoalmente ou pelo telefone - Sarney disse que a crise econômica não permite a implantação do parlamentarismo e defendeu, ao mesmo tempo, o fortalecimento do Congresso. O presidente afirmou que, caso haja o encaminhamento para uma negociação sobre sistema de governo, a base será a emenda preparada em conjunto pelos deputados Carlos Sant'

Anna (PMDB-BA), líder do governo na Câmara, e Prisco Viana (PMDB-BA). A emenda cria um sistema misto, já apelidado de "neo-presidencialismo", com um primeiro-ministro que na verdade será um simples coordenador político. O poder de decisão é reservado ao presidente da República. O deputado Milton Lima (PMDB-MG), que conversou com o presidente José Sarney no fim-de-semana, disse que há uma "confiança muito grande" do Palácio do Planalto quanto a uma vitória presidencialista. O deputado disse que o Planalto está disposto a assegurar o presidencialismo já na Comissão de Sistematização. (FSP - 8/9/87)

Trabalhadores Urbanos

MENEGUELLI E JOAQUIM DISCUTEM ENTENDIMENTO COM CNI

As duas maiores centrais sindicais, CUT e CGT, e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) iniciaram, ontem, no Rio, as discussões para um entendimento nacional entre empresários e trabalhadores, sem a intervenção do governo. Os presidentes das três entidades - Jair Meneguelli (CUT), Joaquim dos Santos Andrade (CGT) e Albano Franco (CNI) - conversaram por quase três horas na sede da Confederação e resolveram marcar novo encontro, mais amplo, no dia 22 de setembro, para discutir política de preços, salários e emprego. Albano Franco afirmou, em entrevista após a reunião, que os industriais querem que os salários acompanhem os preços, isto é, que os reajustes salariais incorporem toda a inflação. Os preços, por sua vez, devem, no entender do empresário, acompanhar as decisões no governo quanto aos juros e aos reajustes das tarifas públicas. Disse também que o empresariado está disposto a aceitar "o encarecimento progressivo das demissões", isto é, que sejam cria-

dos mecanismos para dificultar as demissões. O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Meneguelli, disse que a CUT está "de peito aberto" na negociação, mas advertiu que para haver confiabilidade na negociação, os empresários terão primeiro que readmitir todos os empregados demitidos em função da greve geral do dia 20. A CUT e a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) expuseram a Albano Franco os objetivos dos trabalhadores: redução da jornada de trabalho, estabilidade no emprego e reposição da perda salarial de 50% acumulada a partir de março do ano passado. Pelas contas da CNI, a perda salarial acumulada de janeiro a julho deste ano é de 28,35%. (FSP - 29/8/87)

BANCÁRIO DIZ QUE PROPOSTA SALARIAL É 'UMA PROVOCAÇÃO'

Dirigentes da Federação dos Bancários de São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e do Sindicato dos Bancários de São Paulo consideraram ontem "uma provocação" a proposta de 8% de reajuste salarial apresentada pelos bancos na última

rodada de negociações salariais com representantes da categoria. Eles apresentaram um documento do Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) contrapondo a rentabilidade dos bancos e a situação salarial dos bancários. O documento aponta que os bancários tiveram uma perda salarial de 50% nos últimos doze meses, enquanto os onze maiores bancos (nove privados, mais o Banco do Brasil e o Banespa) registraram lucros operacionais reais de 114,9% no primeiro semestre de 1987 (os técnicos do Dieese utilizaram a OTN como deflator). Nos primeiros semestres de 84, 85 e 86, esses lucros foram respectivamente de 60,7%, 89,6% e 54,4%, segundo o Dieese. O estudo ressalta ainda que, nos últimos onze anos, enquanto a rentabilidade dos trinta maiores bancos medida pela relação lucro líquido/patrimônio líquido foi de 15,3%, nas demais empresas não financeiras, considerando-se o conjunto das quinhentas maiores, esse desempenho ficou em 12,9%. (FSP - 29/8/87)

METROVIÁRIOS PARAM EM SP RECLAMANDO DE PUNIÇÃO DE COLEGAS

Cerca de 1,8 milhão de pessoas deixaram ontem de viajar nos trens do Metrô de São Paulo: os 6 mil metroviários decidiram fazer uma greve de 24 horas, a partir da zero hora de ontem, em protesto contra a punição de seis funcionários, apontados por uma comissão de sindicância nomeada pela empresa como responsáveis pelos dois acidentes ocorridos no dia 12 de agosto. O presidente da Companhia do Metrô, Antônio Sérgio Fernandes, anunciou que os metroviários grevistas poderão ser punidos e o sindicato da categoria alertou que, se houvesse alguma retaliação, a paralisação poderia ser prolongada. Segundo a Secretaria dos Transportes, aderiram à greve 75% dos funcionários da área de operações, 80% da manutenção e 50% da administração. On

tem à tarde, em reunião de conciliação no Tribunal Regional do Trabalho, o presidente do Sindicato dos Metroviários, Paulo Azevedo, ligado à CUT, propôs a suspensão das medidas disciplinares e a formação de uma comissão paritária para analisar o relatório técnico feito pela empresa, que apontou falha humana nos acidentes. Quer ainda que a diretoria do Metrô se retrate publicamente, declarando que os metroviários não são sabotadores nem negligentes no cumprimento de suas funções. O governador Orestes Quércia sugeriu rigor no tratamento com os grevistas, chegando a ameaçá-los de demissão. (JB - 5/9/87)

SINDICATOS DISCUTEM CRIAÇÃO DA CGT-ABC

Representantes de dezoito sindicatos e duas federações, que congregam cerca de 280 mil trabalhadores, reuniram-se durante todo o sábado no Sindicato dos Borracheiros, em Santo André (região sudeste da Grande São Paulo), para discutir a formalização da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), na região do ABC. Entre as categorias representadas estão os metalúrgicos de São Caetano do Sul, bancários do ABC, comerciários, borracheiros e padeiros. O encontro serviu também para que a CGT-ABC discutisse sua linha política. O presidente do Sindicato dos Bancários, João Gil, é de opinião que ela deve ter "uma linha mais avançada que a orientação geral da CUT", porque o movimento sindical do ABC "é mais avançado". Ele defende a linha "pró-Joaquimzão", por considerar as propostas de Luís Antônio de Medeiros e Rogério Magri "muito à direita". (FSP - 31/8/87)

CUT DERRUBA A CGT NO MAIOR SINDICATO DO RIO DE JANEIRO

A ampla vitória da chapa apoiada pela CUT na tumultuada eleição dos metalúrgicos do Rio de Janeiro - a apuração realizada ontem apontou 5 mil 109 votos para

Washington Costa contra 3 mil 427 a Valdir Vicente de Barros, da CGT - reformula drasticamente o panorama sindical brasileiro. A CUT passa a contar com o poder de fogo do maior sindicato do Rio de Janeiro (160 mil operários), ganhando maioria na poderosa Federação Estadual de Metalúrgicos. A CGT vê reduzir-se o espaço de manobras no Rio e o grupo de sindicalistas cegetistas que quer dar um new look na central (Luiz Antonio Medeiros e Antonio Magri) terá de procurar novos aliados de peso, situação que fornece fôlego adicional ao presidente da CGT, Joaquim de Andrade, para permanecer no cargo. "Quebramos uma das duas pernas da CGT", comemorava ontem Washington Costa, lembrando que o secretário-geral da CGT - derrotado Valdir Vicente - fica sem cargo eletivo, a exemplo do Joaquinção. O presidente da CUT, Jair Menequelli, chega hoje ao Rio para debater com empresários e se encontrar com Washington Costa. A vitória de Washington Costa foi reconhecida por Valdir Vicente, que subiu ao palco no auditório do sindicato em que se realizava a apuração para fazer seu talvez último discurso como presidente dos metalúrgicos. "Mesmo que o Washington não atinja a maioria absoluta de votos, marca obrigatória no primeiro escrutínio, eu renuncio a participar de um novo pleito. Não quero desgastar a categoria nem fazer o sindicato gastar mais dinheiro com um segundo escrutínio", disse Valdir Vicente. A partir daí, os eleitores da chapa 2 carregaram o ganhador em passeata pelas ruas próximas ao Sindicato, em Benfica - estavam presentes vereadores e deputados dos partidos que apoiaram a chapa 2, do PDT, PC do B e PT.

Sindicato político - Washington Costa, 30 anos, casado, três filhos e morador em um conjunto habitacional em Belfort Roxo, discorda frontalmente das propostas de Luiz Antonio Medeiros e Antonio Magri de que sindicato deve discutir somente questões econômicas: Esse novo

sindicalismo da CGT é a velha direita que quer mudar de roupa. A luta econômica se confunde com a política e a social, porque o trabalhador é explorado em todas as frentes. A conquista do segundo maior sindicato operário do país, para Costa, marcará uma nova fase na CUT, que já conta com 27 associados no Estado. Teremos uma postura mais ofensiva. Iremos assistir a assembleias de outras categorias não filiadas à CUT e se possível debater as questões econômicas e sociais. Também queremos participar de campanhas salariais de outros sindicatos, como rodoviários, gráficos e comerciários. Nós não ficaremos apenas na oposição, mas tentaremos aumentar o número de sindicatos filiados - garantiu. Ele tem como modelo o Sindicato dos Bancários do Município do Rio de Janeiro - "depois que a CUT ganhou lá, tornou-se o mais sólido sindicato carioca", disse. (JB - 1/9/87)

SEM-TERRA PRETENDEM DEIXAR FAZENDA

Os agricultores sem terra que invadiram há oito dias parte da fazenda Volta Grande, em Abelardo Luz (780 km a oeste de Florianópolis), aceitaram desocupar pacificamente o local, mas vão esperar a ajuda de tropas da Polícia Militar para deixar a área. A decisão foi comunicada ontem, às 11h, em reunião dos agricultores com o juiz da comarca local, Cesar Mimoso de Abreu. Os agricultores pedem a ajuda da polícia para desarmar as barracas e levar o material para fora da área. No final da tarde de ontem, um grupo de quinze soldados da Polícia Militar catarinense se deslocou para a área, com o objetivo de evitar problemas no local. A saída dos sem-terra, poderia ser decidida ainda durante a noite, apesar de não haver nenhuma confirmação oficial. Representantes dos sem-terra afirmaram

que não têm para onde ir e pretendem acampar em frente à Prefeitura de Abelardo Luz, até que o Incra aponte uma área para assentamento das famílias. O prefeito da cidade, Valdir Sgarbossa (PDS), declarou que não vai permitir o acampamento. (FSP - 29/8/87)

UDR OCUPA FAZENDA INVADIDA NO SUL

Cerca de 250 produtores ligados à União Democrática Ruralista (UDR) ocuparam ontem à noite a fazenda Volta Grande, no município catarinense de Abelardo Luz (divisa com o Paraná, a 630 km a oeste de Florianópolis), como resposta à invasão da área por quatrocentos agricultores sem terra, no sábado. O presidente da UDR de Curitiba, Abelardo Lupion de Mello, disse, por telefone, que a ocupação de áreas invadidas "vai passar a ser a norma da UDR a partir de agora". Segundo ele, "toda a área de algum associado nosso que for invadida, nós vamos ocupar até o cumprimento da decisão da Justiça". Os associados da UDR pretendem ficar acampados em torno da sede da fazenda - juntamente com o proprietário, Cláudio Kiryla - até que a polícia cumpra a ordem judicial de despejo dos sem-terra. A Justiça catarinense determinou a reintegração de posse na segunda-feira. (FSP - 26/8/87)

SEM-TERRA ABANDONAM ÁREA EM SC

Os duzentos agricultores sem terra que ocupavam há nove dias uma área na divisa sul da Fazenda Volta Grande, em Abelardo Luz (780 km a oeste de Florianópolis), desmontaram seu acampamento ontem pela manhã com a ajuda da Polícia Militar, e encerraram, pacificamente, a invasão, dentro do acordo para reintegração de posse ao proprietário Claudio Kiryla. A maior parte dos produtores da UDR, que ocupavam a sede da fazenda para pressionar a polícia a executar rapidamente o despejo, deixou a área na noite de sex-

ta-feira, depois da garantia da saída pacífica dos agricultores, dada pelo juiz

de Abelardo Luz, Cesar Mimoso de Abreu. Um batalhão de duzentos soldados do comando da PM no oeste catarinense deixou Chapecó às 4h da manhã de ontem, e chegou a área invadida na fazenda Volta Grande às 7h para executar o despejo. Depois de informar os agricultores sem terra de que a área invadida deveria ser desocupada, os policiais esperaram que os acampados tomassem café e ajudaram na desmontagem das barracas de lona plásticas, sem que fosse registrado qualquer incidente. Os sem-terra foram transportados em cinco caminhões até os assentamentos Papua II e Capão Grande, próximos à área. A maior parte das famílias deve permanecer provisoriamente nos assentamentos, à espera da chegada de um representante do Incra, para discutir a possibilidade de assentamento em outra área. (FSP - 30/8/87)

BROSSARD CANCELA REUNIAO NO PA DEVIDO A MANIFESTAÇÕES

A reunião da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) do Ministério da Justiça, que seria realizada ontem no Centro Turístico do município de Conceição do Araguaia (800 km ao sul de Belém-PA) para discutir a violência rural na região do "Bico de Papagaio" (sul do Pará, sudoeste do Maranhão e norte de Goiás), foi cancelada pelo ministro da Justiça, Paulo Brossard. Ao chegar ao local, por volta das 16h, acompanhado do superintendente da Polícia Federal, Romeu Tuma, e do presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Márcio Thomaz Bastos, além de assessores, Brossard mostrou-se insatisfeito com a presença de cerca de seiscentos lavradores (segundo estimativa do coordenador da Comissão Pastoral da Terra de Conceição do Araguaia, padre Ricardo Rezende) que empunhavam faixas do PT e do PC do B e gritavam "justiça, justiça, reforma

agrária". Segundo o vice-prefeito de Conceição do Araguaia, José Leão, o ministro, ao entrar no Centro Turístico, foi aplaudido e acenou para os grupos de trabalhadores, empresários e autoridades locais, mas quando as pessoas que estavam com as faixas começaram a gritar palavras de ordem, o ministro foi embora, retornando ao aeroporto, onde havia desembarcado cerca de 30 minutos antes. "Ele não demorou mais que cinco minutos no centro", declarou Leão. Assessores do ministro disseram ao vice-prefeito José Leão que uma próxima reunião da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana do Ministério da Justiça será marcada para tratar das questões agrárias e fundiárias da área, mas o local não seria mais Conceição do Araguaia. "É verdade, o clima no local, muito barulhento, não permitia uma reunião à nível de ministério", disse Leão. (FSP - 3/9/87)

Índios

ÍNDIOS XOCÓ INVADEM SEDE DA DELEGACIA DA FUNAI EM AL

Setenta índios da tribo xocó invadiram na madrugada de ontem a sede da delegacia da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Maceió (AL), protestando contra a ação da Polícia Militar de Sergipe que expulsou na terça-feira cerca de trezentos índios que ocupavam, desde a segunda-feira, as fazendas Caiçara e Belém, em Porto da Folha (170 km ao norte de Aracaju-SE). "Decidimos que só sairemos daqui com uma definição da Funai sobre a devolução de nossas terras", disse o cacique Damião dos Santos. A Funai não tem escritório em Sergipe, sendo que as questões relativas aos índios no Estado são apreciadas pela delegacia de Alagoas. O diretor Regional da Funai em Alagoas, Felix Rocha, afirmou que "já tomamos providências junto à superintendência de Recife (PE), com autoridades de Sergipe e até com o presidente da Funai (Romero Jucá Filho), para que a área seja demarcada definitivamente".

RELIGIOSAS DO CIMI SÃO AMEAÇADAS DE MORTE

As quatro religiosas do Cimi proibidas pela Funai de entrarem na reserva dos índios Maxacali, em Bertópolis, no Vale do Mucuri, permanecem na região e não estão dispostas a sair de lá, embora não tenham. Segundo ele, o superintendente Regional da Funai, Lucas Carneiro, deveria ter chegado a Maceió no final da tarde de ontem para conversar com os índios. Os xocó chegaram na sede da Funai em Maceió transportados por dois caminhões, procedentes de Sergipe. "Desde ontem que a gente não dorme", disse Damião. (FSP - 4/9/87)

FUNAI CONSTATA

A Funai está realizando estudos com vistas a definir as providências a serem adotadas para impedir a invasão da reserva indígena Utiariti, com 556 mil hectares, localizada na região do médio norte de Mato Grosso, na divisa do território dos índios nhambikwara e pareci. A informação é do superintendente da Funai para a região Centro-Oeste, Eraldo Fernandes, acrescentando que na última segunda-feira realizou um sobrevôo na reserva, constatando derrubadas na área. (CORREIO BRAZILIENSE/DF - 29/8/87)

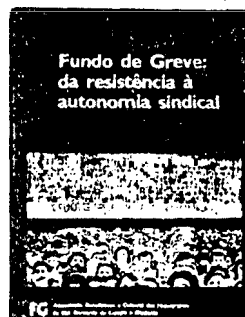
ASSEMBLÉIA NO ACRE

De 1º a 15 de setembro acontecerá no Acre a 5ª Assembléia Indígena do Acre e sul do Amazonas, que deverá reunir mais de 400 índios da região. Pela primeira vez o evento acontecerá em área indígena, na aldeia yawanawa, no vale do Juruá, para garantir a participação apenas de índios. Segundo o índio Binaci Brasil Yawanawa, o principal objetivo é tirar propostas para expansão dos serviços de saúde e educação nas aldeias além do pedido de demarcação das áreas indígenas de fronteira. (CORREIO BRAZILIENSE/DF - 29/8/87)



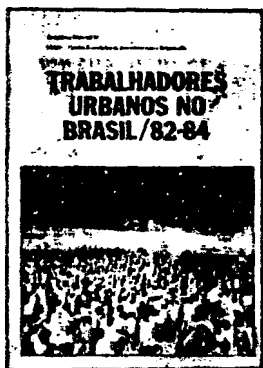
DE MAIO: 100 ANOS DE LUTA

Editado pelo Programa e publicado pelo Sindicato de Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, consta de um texto sobre a história do 1º de Maio e doze cartões postais com fotos relativas a essa data na história do sindicalismo internacional.



FUNDO DE GREVE: DA RESISTÊNCIA À AUTONOMIA SINDICAL

Editado pelo Programa e publicado pelo Fundo de Greve do Sindicato de Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, conta a história do Fundo de Greve desse sindicato, com suas dificuldades e seus acertos, seu papel no movimento e as questões que se colocam hoje para o avanço desse importante instrumento das lutas da classe trabalhadora.



ACONTECEU TRABALHADORES URBANOS NO BRASIL

Essa série apresenta resumos dos fatos politicamente mais significativos concernentes à vida dos trabalhadores urbanos, nos mais diferentes setores, abordando as greves, a organização política através dos sindicatos e das cen-

trais sindicais e a movimentação das principais categorias. Tomando como base as notícias veiculadas pelos grandes jornais e a imprensa sindical, a equipe do CEDI constrói um levantamento dos fatos marcantes de cada categoria, procurando dar um tratamento às informações que fuja às deturpações próprias dos órgãos de imprensa sem compromisso com os trabalhadores.

No caso dos eventos de maior importância são realizadas entrevistas com os próprios trabalhadores envolvidos de forma a reafirmar seus pontos de vista.

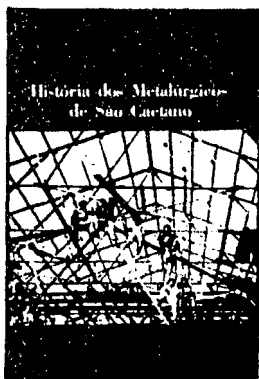
De 1978 a 1981 foram feitas edições anuais registrando os acontecimentos da época. Com um novo projeto gráfico, foi lançado o volume que abrange o período de 1982/1984. No final deste ano, deve ser publicado o volume referente a 1985/1986, e no 1º semestre de 1988, o de 1987.

Contribuição ao Debate

Contribuição ao Debate é uma série de cadernos voltados exclusivamente para as discussões e reflexões do movimento sindical. Seu objetivo é colaborar para o processo de formação política e sindical dos militantes, contribuir para socializar a reflexão das lideranças e do próprio movimento, refletir de forma crítica sobre a evolução das lutas e debater questões importantes para o avanço do movimento sindical.

Esta publicação não está vinculada a qualquer instância orgânica do movimento sindical, mas possui um compromisso político, editorial e militante com esta nova proposta sindical, que se constitui enquanto central sindical, na CUT.

Já foram publicados dois cadernos dessa série:



HISTÓRIA DOS METALÚRGICOS DE SÃO CAETANO

Registro da resistência operária nas fábricas em São Caetano, da luta contra uma diretoria do sindicato comprometida com os patrões e o governo, do confronto entre diferentes concepções político-ideológicas no movimento sindical e da abertura de novas perspectivas com a implantação da CUT na cidade.



A CUT NAS CAMPANHAS SALARIAIS DE 1985

Reproduz um debate entre dirigentes sindicais das campanhas salariais mais importantes em 1985: a campanha salarial dos metalúrgicos, a campanha nacional dos bancários e a campanha salarial unificada. O texto, em forma coloquial, reproduz as principais questões enfrentadas pelo movimento sindical nesse ano, como a redução da jornada, o papel dos sindicatos, as negociações com o governo e os patrões, e as novas formas de controle e dominação da "Nova República".

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI

Av. Higienópolis, 983 CEP 01238 — São Paulo — SP

voltado à área indígena desde a proibição. Elas continuam acolhendo em suas casas membros da aldeia Maxacali. "E tudo indica que o Cimi não acatará a proibição do governo", adiantou o coordenador do Conselho Regional Leste II, Fábio Alves dos Santos. Ele denunciou que as religiosas vem sofrendo ameaças de morte há vários meses. Na terça-feira, um dia antes da proibição, as missionárias tiveram sua casa "rondada" durante toda a noite. O Cimi acredita que as ameaças de morte às religiosas partem de fazendeiros da região que, por diversas vezes e publicamente, manifestaram seu descontentamento com a ação das irmãs, segundo o coordenador do Conselho. As irmãs Maria Angela Matos, Fernanda Valentin, Dorotéia Silva e Leila Mamede moram há dois anos e meio nas proximidades da reserva dos Maxacalis. Os índios se dividem em duas aldeias, a de Bertópolis e a de Santa Helena, onde, nos últimos cinco anos, oito deles foram assassinados e até agora nenhum assassino foi punido. (DIÁRIO DE MINAS/MG - 29/8/87)

MIGRAÇÃO PODE PARTIR DE RESERVAS INDÍGENAS

O controle da praga do gafanhoto no Brasil enfrenta um impasse. Técnicos da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e do Ministério da Agricultura acreditam que o foco de origem dos gafanhotos está localizado nas reservas indígenas Parecis e Nhambiquaras. De acordo com esta hipótese, as terras indígenas seriam o local onde os insetos fariam a postura e de lá migrariam para locais descampados ou de grandes lavouras. Por isso, seria imprescindível a pulverização da área ou, pelo menos, uma prospecção detalhada nas reservas. O problema é que o inseticida a base de fenitrothion e malathion é comprovadamente tóxico. Poderia prejudicar os índios que usualmente não ingerem tais substâncias, ao contrário do restante da população. E mais: os ín-

dios nhambiquaras têm o costume de se alimentar dos gafanhotos, o que agrava a situação. Técnicos do Ministério da Agricultura e Embrapa reclamam que a Funai não colabora na busca de uma solução conjunta, além de impedir visitas às reservas para levantamento do quadro. A Funai se diz aberta para conversar e estudar a tal solução conjunta. Entretanto se recusa a autorizar a pulverização com agrotóxicos. (FOLHA DA TARDE/SP - 1/9/87)

LEVANTAMENTO DE ÍNDIOS ARREDIOS

O Sertanista Sidney Possuelo, da Coordenação de Índios Isolados da Funai, afirmou nesta capital que, em breve, começará um trabalho de mapeamento de grupos indígenas isolados nos Estados de Mato Grosso, Rondônia, Acre e Amazonas, onde acredita haver pelo menos 55 grupos de índios arredios. Possuelo disse que está sendo formada uma equipe com um sertanista, um indigenista, um técnico de saúde, um mateiro e, se possível, um intérprete para esta ação que "se prende à necessidade de saber onde estes índios estão, e quais os perigos enfrentados por eles, e assim propor uma diretriz para protegê-los", explicou. (DIÁRIO POPULAR/SP - 28/8/87)

EM DEFESA DA NATUREZA

Na próxima semana o governador do Acre, Flaviano Melo, estará em Brasília para pleitear que o Estado passe a coordenar o Programa de Proteção ao Meio Ambiente e Comunidades Indígenas, cuja execução é exigida pelo BID para liberação de recursos para pavimentação da BR-364 e de suma importância para a proteção do meio ambiente da região. Flaviano visa principalmente garantir a execução do projeto que corre risco de ser cancelado, garantindo que irá até o presidente Sarney, se necessário, para conseguir o intento. (CORREIO BRAZILIENSE/DF - 26/8/87)

FUNAI CONCLUI DEMARCAÇÃO NO FINAL DO MÊS

A 4ª Superintendência Executiva da Fundação Nacional do Índio (Funai) anunciou esta semana que até o final de setembro técnicos deste órgão estarão concluindo a etapa final dos trabalhos de demarcação das áreas indígenas Paquisamba, no município de Altamira, e Uaçá II, no Oiapoque. A área indígena Paquisamba é habitada por índios da tribo Juruna e abrange seis mil hectares. Na primeira etapa da demarcação, iniciada em 1986, a área, que tem um perímetro de 33 km, teve 12 km demarcados; os 23 restantes serão delimitados até setembro. Já a Uaçá II, habitada por índios das tribos Palikur, Karipuna, Galibi e Marwdrno, e com uma área de 19.000 hectares, equivalente a 95 km, tem 52 km demarcados desde a primeira etapa e 43 a serem incluídos até o mês que vem. (O LIBERAL - 19/8/87)

ÍNDIOS PEDEM A MINISTRO QUE TIRE JUCÁ DA FUNAI

Os líderes xavantes entregaram ontem ao ministro do Interior, João Alves, um documento endereçado ao presidente José Sarney, assinado por 55 caciques, em que pedem a "moralização urgente da Funai", com a demissão imediata do seu presidente, Romero Jucá Filho. No documento, os índios acusam a Funai de ter uma "administração imoral", com mais de 4.500 funcionários, "muitos fantasmas", que "têm grandes privilégios, com salários altos, diárias em hotéis de luxo e outras mordomias". O documento ressalta que isso ocorre às custas "de fome, doenças, insegurança e falta de assistência" aos povos indígenas. Romero Jucá, que também participou da audiência de uma hora e meia no auditório do Ministério do Interior, não respondeu às acusações, mas voltou a lembrar que os xavantes, "embora não estando ainda na situação ideal", são os mais bem assistidos pela Funai, que só este ano destinou a eles recursos da ordem de Cz\$ 27 milhões. (JB - 2/9/87)

FAZENDA É INVADIDA POR ÍNDIOS XOCÓS EM SERGIPE

Armados com arco, flexa e espingardas de caça, cerca de 300 índios xocós ocuparam, na madrugada de ontem, a fazenda Caiçara, no município de Porto da Folha, a 190 quilômetros da capital. Os 12 mil hectares da área foram considerados pela Funai, em 1984, como terras indígenas, mas continuavam em poder dos fazendeiros Jorge Pacheco e João Britto, que os mantinham sob vigilância de capangas. A ocupação se deu de forma pacífica depois de uma assembleia realizada pelos índios na ilha de São Pedro. O cacique Damião - que comandou a operação -, disse que os índios só sairiam mortos, porque as terras pertenciam aos seus antepassados. Até o momento, os dois fazendeiros não se manifestaram sobre a ocupação e seus empregados preferiram abandonar as casas da fazenda quando perceberam a ação dos indígenas. A fazenda Caiçara fica às margens do Rio São Francisco, do outro lado da ilha de São Pedro. É lá que os xocós retiram madeira, barro para a confecção de peças de cerâmica, caçam e pescam. Ultimamente, as mais de 200 famílias dos índios xocós estavam proibidas pela Justiça de entrar na Caiçara, mas isto não impediu a ocupação. As mulheres e crianças da tribo permaneceram na ilha, mas o cacique garantiu que até o final desta semana boa parte dos índios se transferirá para a Caiçara. Para a ocupação, os xocós contaram com a ajuda dos índios cariris, de Alagoas, e pataxós, da Bahia. Integrantes de entidades defensoras dos índios, com sede em Aracaju, também mandaram representantes a Porto da Folha para acompanhar a ocupação da propriedade. Não houve reação dos capangas porque agimos de surpresa e os fazendeiros não se encontravam na área - disse Damião, adiantando que os índios estavam preparados para um possível confronto, tanto que se pintaram e dançaram durante as horas que antecederam a ocupação. (JB - 1/9/87)

OS ÍNDIOS E O DELEGADO

Quem não reparou que são louros e encaracolados os cabelos de Brossard?

O ministro Brossard, desafortunadamente, não foi o primeiro a pensar que índio bom é índio morto. Precedeu-o, em 100 anos, nessa primazia, o general William Sherman, hoje tanque de guerra nos Estados Unidos, fato que promete, para Brossard, o consolo futuro de uma lembrança por parte da Engesa. Sherman pregava a "solução final" para o índio. Outro general, Armstrong Custer, tomou-o a sério e botou a cavalaria na trilha de Little Big Horn. O ministro Brossard, com seus cabelos louros e encaracolados e bigode fino à la française, como os de Custer, está a caminho. Na semana passada, ele desacatou o presidente da Confederação dos Bispos, dom Luciano Mendes de Almeida, a propósito dos índios. Brossard fez-se ouvir à distância, através da porta, desta forma que aqueles que Sherman chamava de "rabitadores de intriga" pudessem ouvir e, diligentemente, anotar. A fúria profana do nosso marshall reside no seguinte: a Igreja acha que os índios que habitam território brasileiro constituem nações, e não tribos; Brossard considera isso uma falta de patriotismo. Brossard, cuja retórica balofa faz supor gordas leituras, retrucou que nem Anchieta nem o padre Vieira pensavam como pensa, hoje, a Igreja. Mais uma vez, citou de ouvido. Anchieta e Vieira pensavam, sim. Não pensavam como pensa Brossard, nem como aqueles a quem o ministro empresta sua barroca, e enfezada eloquência: os caçadores de ouro. A atual questão indígena, no Brasil, é contemporânea do general Custer. Há os que querem remover os índios, para explorar minério; há os que tentam desajeitadamente defendê-los. O resto, inclusive a mentirosa conspiração internacional, é enfeite de guerra. É mentira que a Igreja atue de acordo com os interesses de grupos internacionais. Ao contrário, ela lutou para que o governo brasileiro tenha o privilégio, a primazia - sequer ousou falar em

monopólio - na exploração das riquezas minerais em terras indígenas. O que querem os gananciosos, com seus falsos estandartes patrióticos? Querem simplesmente os índios fora do caminho. A farsa dá resultado: a Constituinte ameaça jogar, em nome da soberania nacional, os índios ao mar. Também nesse caso, os verdadeiros primitivos não são os índios. (REVISTA SENHOR/337 - 2/9/87)

PATRIOTADAS PARA ÍNDIO VER

Segundo a Folha de S. Paulo (26/8), o ministro Brossard, num diálogo áspero com o presidente da CNBB, dom Luciano Mendes de Almeida, disse: "Desde quando o Brasil é nação 'plurinacional'? Muito bonito... Anchieta não faria isto, o grande padre Vieira não faria isto." Na realidade, a designação "nações indígenas" está presente em Anchieta, em Vieira, na legislação colonial (desde o Regimento de Tomé de Souza até a Carta Régia de D. João VI, de 1811) e até em documentos administrativos do Império, às vésperas da República. Para refrescar a memória do ministro da Justiça, convém ministrar-lhe essa pequena dose de fosfato histórico:

- "Além desta (nação carijó), outras nações há, inumeráveis e muito melhores, pelo que dizem pessoas que as têm frequentado, principalmente uma, a que chamam ibirajaras (carta do Irmão Anchieta aos demais confrades europeus, São Vicente, 12 de março de 1555.)"

- "... Assim como o espanhol ou o genovês cativo em Argel é contudo vassalo do seu rei ou de sua república, assim o não deixa de ser o índio, posto que forçado e cativo, como membro que é do corpo, e cabeça política de sua nação, importando igualmente para a soberania da liberdade, tanto a coroa de penas como a de ouro e tanto o arco como o cetro..." (Voto do Padre Vieira sobre as Dúvidas dos Moradores de São Paulo acerca da administração dos Índios. Bahia, 12 de julho de 1964.)

- "... E com quaisquer outras nações de

gentios que houver na dita capitania da Bahia, assentareis paz..." (Regimento de Tomé de Souza, 15 de dezembro de 1548.) - "... E sucedendo mover-se a guerra defensiva ou ofensiva a alguma nação dos índios do dito Estado (do Brasil) . . os índios que na tal guerra forem tomados ficarão somente prisioneiros como ficam as pessoas que se tomam nas guerras de Europa." (Lei de 1º de abril de 1680.).

Conclusão: em matéria de legislação indígena, o primeiro Governo Geral era mais avançado do que a Constituinte de 1987. (REVISTA SENHOR/337 - 2/9/87)

Igrejas

PADRE SOFRE ATENTADO NO INTERIOR DE GOIÁS

O padre italiano Francisco Cavazutti, vigário da paróquia de Sanclerlândia (170 km a nordeste de Goiânia-GO) e membro da Comissão Pastoral da Terra (CPT), foi ferido na testa anteontem, com um tiro de espingarda cartucheira, disparado por um pistoleiro não identificado. O fato ocorreu às 21h15, quando o padre se dirigia ao seu carro para guardar folhetos e cartazes litúrgicos que utilizara em uma novena (tradição católica de orações comunitárias durante nove dias) e de uma missa, na festa do Divino Espírito Santo, no povoado de Mirandópolis, perto do município goiano de Mossâmedes. Conhecido em Goiás por sua atuação junto a trabalhadores rurais sem terra, o padre Francisco - que chegou da Itália, como missionário, em 1968 - sofreu processo de expulsão do país em 1972, por iniciativa do então governador goiano Leonino Caiado, tio do atual presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Caiado. A Igreja não teve mais notícias sobre a tramitação do processo. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) divulgou nota ontem, às 14h, em Goiânia, afirmando que "a situação na diocese de Goiás é gravíssima, com sucessivas ameaças de

morte contra padres, religiosos e agentes pastorais comprometidos com a reforma agrária". Segundo a CPT, na semana passada o padre Francisco esteve no município de Fazenda Nova (GO), perto de Sanclerlândia, participando da festa de Nossa Senhora de Abadia, padroeira local, para se solidarizar, ao lado de outros sacerdotes, com o vigário local, padre Carlos Parada, que está ameaçado de morte. Nessa festa, ainda segundo a CPT, proprietários rurais organizaram festejos paralelos aos promovidos pela Igreja. (FSP - 29/8/87)

PADRE ATACADO A TIROS EM GOIÁS PERDE A VISÃO

O padre italiano Francisco Cavazutti, ferido a bala na última quinta-feira, se recupera satisfatoriamente e já está consciente, mas "perdeu definitivamente as duas vistas", segundo informou o médico que o assiste, Ricardo Cesar Correia. A Comissão Pastoral da Terra (CPT), à qual Cavazutti é ligado, informou que divulgará nota oficial, hoje, respondendo às declarações do secretário da Segurança do Estado, Ronaldo Jayme, de que o atentado contra Cavazutti poderia ter sido contratado por fazendeiros que já tiveram suas terras invadidas a mando do padre. (FSP - 1/9/87)

PADRE BALEADO NÃO PROMOVIA INVASOES, AFIRMA CPT GOIANA

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), enviou telegrama ontem ao governador de Goiás, Henrique Santillo, protestando contra a tentativa de assassinato do padre italiano Francisco Cavazutti, ocorrida na quinta-feira passada, no município de Mossâmedes (150 km a oeste de Goiânia). Os diretores da CPT se dizem "estupefados diante das declarações do secretário de Segurança Pública (Ronaldo Jayme), incriminando a

vítima". Jayme disse que o atentado a bala contra Cavazutti poderia ter sido encomendado por fazendeiros que já tiveram propriedades invadidas a mando do padre. "Tais declarações absurdas e inaceitáveis na boca de uma autoridade apenas estimulam novos atos de violência contra trabalhadores", diz o telegrama. A CPT pede que o governador cumpra "o compromisso público de dar um basta à atividade do crime organizado em Goiás" e responsabilizou o governo "pela segurança da vítima hospitalizada". Segundo a CPT, anteontem dois desconhecidos tentaram forçar uma funcionária da clínica Danta Mônica, em Goiânia, a mostrar onde se encontrava o padre. (FSP - 2/9/87)

MAIORIA DOS INTEGRANTES DA CPI É FAVORÁVEL AO CIMI

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada ontem, às 15h, no Congresso Nacional, com objetivo de apurar as denúncias que vêm sendo feitas pelo jornal "O Estado de S. Paulo", sobre o envolvimento do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) numa suposta conspiração internacional para reduzir a soberania brasileira sobre a região amazônica, deverá apoiar as posições do Cimi, órgão ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Dos dezoito parlamentares que compõem a CPI, dez apoiam o Cimi. As conclusões finais só serão conhecidas após o encerramento dos trabalhos do Congresso constituinte. (FSP - 4/9/87)

PRESO AUTOR DE ATENTADO CONTRA PADRE

A polícia de Goiás prendeu, no último sábado, o comerciante de gado Marcelino Antonio, autor do atentado a bala contra o padre italiano Francisco Cavazutti, ocorrido no dia 27 de agosto, em Mossâmedes. Apresentado à imprensa, o acusado assumiu a responsabilidade pelo crime, negan-

do que tenha agido a mando de fazendeiros, insatisfeitos com a atuação do padre em favor dos trabalhadores sem terra. Marcelino Antonio disse que tentou matar o religioso porque há três anos Cavazutti se negara a batizar seu filho, Relton (hoje com quatro anos) alegando que ele não era legalmente casado com Rosair Maria de Jesus. O batizado foi feito, por insistência de Rosair, segundo Marcelino. O delegado Rubens Desideri, disse que prosseguirão as investigações para apurar a existência ou não de um mandante do crime, pois considera "muito frágil" esse motivo. (FSP - 8/9/87)

CS REJEITA OS TEXTOS QUE DENUNCIAM ATOS DO CIMI

Os documentos denunciando a suposta participação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) numa "conspiração contra o Brasil" (e envolvendo grupos indígenas da Amazônia) foram considerados "imprescritíveis" pelo assessor para questões indígenas do Conselho de Segurança Nacional (CSN) e comandante da Marinha, Afonso Barbosa. A informação foi transmitida no último dia 13, ao presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Luciano Mendes de Almeida, e a assessores do Cimi, pelo senador Ronan Tito (PMDB-MG), depois de manter contatos com Afonso Barbosa. O senador disse a d. Luciano que o assessor do CSN foi procurado, na Secretaria Geral do órgão, por um homem que se apresentou como Mário Nogueira e que, portando alguns documentos, anunciava a descoberta "de uma conspiração contra o país" - através do Cimi. Ainda sugeriu que, para apresentar mais detalhes sobre a denúncia, necessitava do apoio do CSN, que lhe daria garantias de vida, além de cobrir as despesas com viagem ao exterior (em companhia da família). Ronan Tito disse, na reunião com o presidente da CNBB, que antes de ouvir a sua opinião sobre o caso,

Afonso Barbosa teria afirmado que o CSN "já havia julgado como imprestáveis os documentos e como inverídica a conspiração denunciada pelo sr. Nogueira". (FSP 1/9/87)

CNBB DISCUTE VIOLENCIA RURAL COM SARNEY

O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Luciano Mendes de Almeida, foi recebido ontem, no Palácio do Planalto, pelo presidente José Sarney, acompanhado pelo bispo de Santa Maria (RS), d. Ivo Lorscheiter, e pediu providências para a apuração do atentado cometido contra o padre Francisco Cavazutti, em Goiás. No encontro com Sarney, d. Luciano falou sobre as acusações contra o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e confirmou ter conversado com o presidente sobre as agressões verbais que recebeu, na semana passada, do ministro da Justiça, Paulo Brossard, incidente que considerou "superado". A imagem da entidade, segundo ele, foi "fortemente agredida em face de documentos falsificados". Segundo d. Luciano Mendes de Almeida, a CNBB entende que se não houver imissão de posse na reforma agrária, "o terreno fica litigioso e aumenta a gravidade dos conflitos". Para ele, o tempo previsto para a defesa dos direitos de propriedade não tem maior importância. Ele disse que a entidade "viu com satisfação a função social da propriedade privada" incluída no substitutivo do relator Bernardo Cabral. (FSP - 29/8/87)

SOCIÓLOGO EXPLICA ELOGIOS FEITOS À UNIAO SOVIÉTICA

O sociólogo Jether Ramalho - um dos coordenadores do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi) e que, junto com o frei Leonardo Boff e outros três brasileiros, esteve na URSS entre junho e julho passados - disse, por telefone,

às 21h de anteontem, em São Paulo, sobre a comparação com a "sociedade capitalista em que vivemos" é que motivou os elogios dos integrantes do grupo à sociedade soviética. Segundo Ramalho, o padre polonês Andrej Kloczowski - que criticou Boff por seus comentários favoráveis à sociedade soviética - demonstrou, com suas afirmações, ter uma série de "presuposições sectárias com referência ao processo de abertura que está se dando na União Soviética". Jether Ramalho, o único evangélico dos cinco brasileiros que visitaram a URSS a convite da Igreja Ortodoxa local, disse que os integrantes do grupo, apesar de cumprirem um programa predeterminado, também tiveram oportunidade de circular mais livremente pelas cidades visitadas. Já o monge beneditino d. Estevão Bittencourt, disse que as declarações do padre polonês correspondem "às de outros súditos dos países da cortina de ferro". Segundo d. Estevão, "aqueles que lá viveram (nos países do leste europeu) sabem de maneira concreta e experimental o que é o marxismo e não têm ilusões a respeito, ao contrário dos visitantes que, por não conhecerem a realidade soviética no seu âmago, se tornam falsos arautos do paraíso marxista". (FSP - 27/8/87)

CRÍTICAS SÃO 'GRATUITAS', DIZ FREI BETTO

O teólogo dominicano frei Betto disse ontem, em São Paulo, que as críticas feitas, anteontem, no Rio, pelos sete poloneses católicos que visitam o Brasil, à viagem que fez - com o frei Leonardo Boff e outros teólogos - à URSS, "constitui uma agressão gratuita e infundada que atinge diretamente o cardeal filipino Jaime Sin, a madre Teresa de Calcutá, que estiveram na União Soviética, assim como o presidente da CNBB, d. Luciano Mendes de Almeida e o ex-presidente (da CNBB), d. Ivo Lorscheiter, que estão de malas prontas para visitar aquele país". Os sete religiosos e leigos poloneses,

ligados ao sindicato Solidariedade, visitam o Brasil a convite do Instituto de Estudos Religiosos (Iser), do Rio de Janeiro. Eles disseram que Leonardo Boff e os outros quatro brasileiros que estiveram na URSS "foram vítimas dos roteiros preparados para viagens oficiais" e que "atualmente, só os padres se prestam a este tipo de engodo". Frei Betto, acrescentou que os visitantes poloneses "consideram a questão dos direitos humanos a partir das chamadas liberdades burguesas e não a partir das necessidades fundamentais do ser humano - como alimentação, moradia, trabalho, saúde e educação - que estão estruturalmente garantidas nos países socialistas". Em sua opinião, "não é verdade" que os teólogos brasileiros "tenham visto, na URSS, apenas o que o governo quis mostrar". (FSP - 26/8/87)

MISSIONÁRIOS DEVEM IGNORAR VETO DA FUNAI

"Nem a Igreja nem ninguém deve acatar uma ordem injusta, sob pena de estar sendo conivente com a injustiça", comentou ontem o Arcebispo de Fortaleza, cardeal Aloísio Lorscheider, ex-presidente (de 1970 a 79) e membro do Conselho Permanente da CNBB, com relação à determinação

da Funai de proibir a entrada de missionários na área ianomami, no território de Roraima. Acabamos de ser informados de que nossos religiosos foram impedidos também de continuar seu trabalho junto aos maxacális, próximo a Teófilo Otoni - denunciou o Bispo-Auxiliar de Belo Horizonte, Dom Arnaldo Ribeiro. E lá a Funai não pode nem usar o argumento de que houve conflito com garimpeiros ou com quem quer que seja - completou o bispo, outro que participa da reunião do Conselho Permanente da CNBB, que se encerra hoje. Os bispos deixaram claro que não estão pregando "desobediência civil", mas explicaram que não estão dispostos "a ser coniventes com a injustiça". Se tivermos que procurar o presidente, é sinal de que as instituições neste país não prestam - comentou Dom Aloísio. Na verdade, a CNBB ainda hesita em atribuir os atritos com Brossard - que terça-feira tratou o presidente da entidade, Dom Luciano Mendes, aos berros, em seu gabinete - a um conflito maior com o governo todo. Ainda não sabemos se o ministro, nesse episódio das missões católicas, está representando o governo ou empresas interessadas na questão, porque é óbvio que existem grupos econômicos interessados na saída dos missionários das áreas indígenas - afirmou. (JB - 28/8/87)

CURIOSAS DISTORÇÕES

Lysâneas Maciel^(*)

Era uma vez um czar naturalista
 que caçava homens.
 Quando lhe disseram que também
 se caçavam borboletas e andorinhas,
 ele ficou muito espantado
 e achou uma barbaridade.
 (Carlos Drummond de Andrade)

Fomos surpreendidos estes dias pela avalanche de notícias que principalmente o jornal "O Estado de S. Paulo" divulgou de maneira canhestra e intencionalmente tendenciosa a respeito do que chamou de interferência, ingerência estrangeira do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e da participação indevida do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) nos negócios do Estado, no que tange às terras indígenas.

Curiosamente, na Câmara, vários parlamentares que sempre se calam quando os representantes do capital estrangeiro - via multinacionais - dilapidam, invadem e saqueiam o país, se encheram de "brio" e "ardor cívico" na defesa dos interesses nacionais e até CPIs foram requeridas pelos conhecidos latifundiários desta casa, o que mostra ação inequivocamente ligada a interesses pecuniários e de exploração de nações indígenas (brasileiros legítimos); uma ação que, sabemos, será genocida.

Na comissão em que fui relator foi proposta a outorga de cidadania aos índios, uma proposta aparentemente sadia. Mas a retirada da proteção especial aos indígenas poderá significar a extinção de sua etnia. Recusei a proposta, pois a mesma teria idêntico sabor àquela existente em uma lei francesa que foi considerada um avanço na época e que dizia: "É proibido tanto ao rico quanto ao pobre furtar pão e dormir debaixo da ponte".

Este o tipo de igualdade que se pretende dar aos índios conforme está implícito na CPI requerida pelo "antropólogo" Roberto Cardoso Alves.

Isto significa que é necessário buscar sempre o que há por atrás dos discursos. É preciso saber em nome de quais interesses têm falado os "representantes do povo".

As acusações de ingerência são falsas, por várias razões: o CMI não se intromete nos assuntos internos de nenhum Estado em função da natureza de sua atuação: trata-se de organismo ecumênico que age através das igrejas filiadas em ações tais como: desenvolvimento, descolonização, direitos humanos, Unesco, Unicef e Unicef. Seu trabalho é feito por intermédio de posições reconhecidamente humanitárias que não incluem pressões sobre governos ou "lobbies" internos à vida partidária de qualquer país.

O que existe, na verdade, é um conjunto de igrejas que não concorda mais com a conivência e a passividade com que determinadas religiões tratam de assuntos tão prementes como miséria, exploração, fome e genocídio.

Há uma pergunta que ajudaria a situar o problema: Qual o provável que teriam o Conselho Mundial de Igrejas e/ou o Conselho Indigenista Missionário se o solo indígena for preservado? Se não o for quem lucrará?

Para que possamos ter uma idéia do atual quadro de exploração do subsolo brasileiro, passamos a recorrer a informações recentemente publicadas em "O Subsolo Brasileiro - consolidações estatísticas da situação atual das concessões, licenciamento, autorizações de pesquisa e pedidos de pesquisa", trabalho realizado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, sob coordenação de Francisco Rego Chaves Fernandes.

Segundo esse estudo, baseado em dados oficiais do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), da área total (em km²) bloqueada por concessões de pesquisa ou de lavra mineral, 38,1% estão cedidas a empresas estrangeiras (18,3% só para British Petroleum/Brascam), 35% às empresas privadas nacionais (6,3% só para o Paranapanema) e apenas 26,9% às empresas estatais nacionais.

Quanto ao número de concessões solicitadas, 42% se referem a empresas estrangeiras, 28,8% para as empresas privadas nacionais e 29,2% para as empresas estatais.

Essa é a situação atual da profunda internacionalização e privatização da exploração mineral no país e que representa a verdadeira ameaça à soberania nacional e o esbulho dos interesses brasileiros. A política mineral está efetivamente fora do controle do Estado, pois o DNPM converteu-se num verdadeiro "lobby" dos interesses privados. Mas nada disso vem chamando à atenção dos constituintes ou da grande imprensa nacional, que preferem atacar sistematicamente os índios, as igrejas e as entidades não-governamentais, como se estes fossem os "conspiradores" contra a segurança nacional e a integridade do território brasileiro. (FSP - 1/9/87)

(*) **Lysâneas Maciel**, é deputado federal (PDT-RJ).
